

## AS FRONTEIRAS ENTRE A ARGUMENTAÇÃO E A INJUNÇÃO: UM ESTUDO DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS EM UM TEXTO DE OPINIÃO

Manoel Francisco GUARANHA<sup>59</sup>

Antônio José Carneiro CARDOSO<sup>60</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma análise, notadamente sob a perspectiva das tipologias textuais, do texto de opinião “Adote um Bandido”, veiculado no **Jornal do SBT** em 4/2/2014, quando a jornalista Rachel Sheherazade afirmou ser compreensível a ação de justiceiros que prenderam um adolescente suspeito de praticar furtos a um poste no Rio de Janeiro. A fundamentação teórica sobre tipologias textuais parte dos estudos de Travaglia (2007), Bronckart (1999), Marcuschi (2000, 2005) e Garcia (2002). Por meio da análise do *corpus*, detectamos a diluição das fronteiras entre os gêneros texto de opinião e panfleto pela prevalência do aspecto injuntivo em detrimento do argumentativo.

**Palavras-chave:** Tipologias Textuais. Gêneros. Artigo de Opinião. Argumentação. Injunção.

**Abstract:** *This article presents an analysis, notably under the perspective of text types, the opinion article "Adote um bandido", broadcasted in Jornal do SBT on February 4<sup>th</sup> 2014, when the journalist Rachel Sheherazade stated that the action from people that arrested a teenager suspected of practicing thefts to a light post in Rio de Janeiro was understanding. The theoretical framework of text types are from Travaglia (2007), Bronckart (1999), Marcuschi (2000, 2005) and Garcia (2002). Through the corpus analysis, we found the blurring of boundaries between the genres opinion text and pamphlet by the prevalence of the injunctive aspect rather than the argumentative one.*

**Keywords:** *Textual typologies. Genres. Opinion article. Argumentation. Injunction.*

---

<sup>59</sup> Doutor em Letras pela USP (2003). Atua como professor no curso de Letras e do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil; e também como professor concursado da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo FATEC, São Paulo, SP, Brasil. Contato: m-guaranha@uol.com.br.

<sup>60</sup> Mestre em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil Letras. Atua nas disciplinas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Língua Portuguesa no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, ISEPAM, Campos dos Goytacazes, RJ Brasil. Contato: antonioj.cardoso@oi.com.br.

## Considerações iniciais

A Linguística Textual é uma disciplina que tem como objetivo ir além do estudo da frase, busca examinar o texto – unidade linguística hierarquicamente superior à frase. Atualmente, voltando-se para o estudo dos textos inseridos em seus contextos pragmáticos, as perspectivas de investigação estendem-se do texto ao contexto. Além disso, o estudo dos gêneros e das tipologias textuais revela-se bastante frutífero nessa área, bem como os estudos sobre coesão e coerência textuais, questões que dizem respeito ao processamento textual e às estratégias cognitivas e interacionais envolvidas no processo interativo de leitura.

Como os gêneros textuais, bem como cada texto em particular, apresentam diferenças em vários aspectos, tais como quanto ao assunto, às expressões linguísticas e, sobretudo, à organização global, categorizá-los não é uma tarefa mecânica, pois nessas produções culturais esses aspectos fundem-se na produção de sentido. Identificar a função da escolha dos tipos textuais feita pelo produtor para a produção dos sentidos desejados por ele é um trabalho de pesquisa que contribui para uma leitura que busca dar conta da complexidade que permeia o texto. Para dar conta deste objetivo, este trabalho apresenta, além desta introdução em que serão tratados alguns conceitos da Retórica que darão suporte à análise, duas outras seções mais especificamente ligadas ao objetivo. Na seção “As Tipologias textuais”, é feita uma exposição teórica sobre os diferentes tipos textuais, centrada nos estudos de Travaglia (2007), Bronckart (1999) e Marcuschi (2000, 2005). Em seguida, a pesquisa apresenta na seção “Da Argumentação à injunção, do opinativo ao panfletário”, uma análise do *corpus* desta pesquisa, os comentários da jornalista Rachel Sheherazade na reportagem “Adote um bandido” (SHEHERAZADE, 2014), a qual foi alvo de severas críticas que culminaram na retirada do ar do quadro “Opinião” apresentado por ela, isso em grande medida pelo fato de que o gênero que o quadro do programa pressupõe, comentário opinativo, cujo objetivo enunciativo seria o de defender uma ideia por meio de argumentos, converteu-se em um outro gênero, fala panfletária, fenômeno detectado, principalmente como mostramos em nosso estudo, pelo largo uso do tipo textual injuntivo ou de um modo injuntivo de apresentar os argumentos.

Cabe esclarecer que, especificamente neste trabalho, tivemos a intenção de evidenciar o papel das tipologias textuais no *corpus* e por isso as questões retóricas que subjazem à análise não serão tratadas como elementos principais neste artigo, embora não deixem de estar presentes. Tivemos de lançar mão, ao longo da análise, de conceitos ligados à Retórica tais como persuasão, convencimento, *logos*, *ethos* e *pathos*. Eles aparecem aqui, contudo, como

categorias suscitadas pelas estratégias discursivas que emanam dos tipos textuais utilizados uma vez que é esse fenômeno, o das tipologias textuais e seu arranjo no discurso, que nos interessa aqui.

Desse modo, para dar conta dos conceitos retóricos que utilizaremos, apresentaremos brevemente, nestas considerações iniciais e não em seção à parte, o sentido em que vamos emprega-los sem discutir a polêmica que os envolve quando aplicados aos estudos retóricos. Para um aprofundamento dessas questões polêmicas, encaminhamos os leitores para o trabalho de Galinari (2014).

Ferreira (2010), ao falar sobre as intenções do discurso retórico, objeto de nosso estudo, afirma que o termo persuadir contém em si o convencer. Mesmo assim, estabelece a distinção entre ambos os processos:

O termo persuadir origina-se de *persuadere* (*per* + *suadere*). *Per*, como prefixo, significa ‘de modo completo’. *Suadere* equivale a ‘aconselhar’. [...] Persuadir contém em si o convencer (*cum* + *vincere*) [...] Persuadir: mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio do apelo às paixões de outros. Convencer: mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade” (p. 15).

O discurso retórico, aquele que se propõe a convencer ou persuadir, possui três dimensões que repousam sobre o orador, o auditório e o discurso, e são associadas, respectivamente, ao *ethos*, ao *pathos* e ao *logos*. Essa distinção autoriza-nos a pensar que a intenção de persuadir estaria ligada ao *pathos*, as paixões despertadas no auditório e ao *ethos*, ao caráter do orador no discurso. Já a intenção de convencer estaria ligada ao *logos*, apelo à razão por meio de argumentos.

Ocorre, contudo, que não podemos tentar separar e rotular essas três dimensões em categorias estanques pelo mesmo motivo que não vamos estudar tipologias textuais neste trabalho como categorias estanques já que acreditamos ser mais produtivo observar o modo como se misturam e se articulam em cada situação de comunicação na construção do texto. O que nossa análise sugere, contudo, é que ao privilegiar o *ethos* e o *pathos* em detrimento do *logos*, o discurso analisado da jornalista passa do argumentativo ao panfletário. O juízo de valor que se pode abstrair do uso dos dois adjetivos, argumentativo como algo positivo e panfletário como algo negativo, não pretende conduzir à ideia de que a estratégia argumentativa é mais ou menos eficiente do que a panfletária uma vez que se o objetivo de um texto é convencer ou persuadir e ele consegue fazer isso, então é eficiente. O estudo se

presta a mostrar, apenas, que o que é apresentado como bom para a sociedade nem sempre é apresentado por meio de argumentos lógicos. No caso de temas delicados tratados em rede nacional de televisão como a questão dos direitos humanos e da pertinência de o cidadão fazer justiça com as próprias mãos, objetos de discurso do nosso *corpus*, essa postura centrada no *pathos* pode ser um elemento que estimula a barbárie.

### **As tipologias textuais**

Os tipos textuais constituem estratégias utilizadas para organizar o material linguístico e apresentam-se em estreita conexão com o gênero a que pertence o texto. É comum um único texto conter diferentes tipos que se articulam, já que essas categorias apresentam-se em número bastante limitado enquanto os gêneros apresentam-se em grande quantidade e, inclusive, surgem e desaparecem ao longo da história, quer por mudanças culturais, quer por intermédio das novas tecnologias.

A tipologia textual é considerada por Marcuschi(2005) um aspecto fundamental dos estudos linguísticos e possibilita a análise dos gêneros sob essa perspectiva. Para Marcuschi (2005), tipologia textual

é um termo que deve ser usado para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição; constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados no interior dos gêneros que não são textos empíricos; sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal (p. 23).

Ainda segundo Marcuschi (2000, p. 18), a noção de tipo textual é um construto teórico que abrange, em geral, as categorias designadas narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo. Esse agrupamento é de natureza linguística. Fazendo a distinção entre tipo, gênero e evento linguístico, Marcuschi (2000, p. 21) afirma que "um tipo textual é constructo ideal que se identifica no contexto de uma tipologia textual que pretende determinar estruturas linguísticas e formais que constituem esses tipos".

Travaglia (2007, p 18) ressalta a questão da conjugação tipológica. Para ele, dificilmente são encontrados tipos puros [em um texto]. O autor afirma que um texto se define como de um tipo por uma questão de dominância, em função do tipo de interlocução que se

pretende estabelecer e que se estabelece, e não em função do espaço ocupado por um tipo na constituição desse texto.

Já segundo Bronckart (1999, p. 22), os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Segundo ele, o termo tipologia textual é usado “para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”. Como se percebe, Bronckart não apresenta, como faz Marcuschi, o diálogo como um dos tipos textuais. Isso nos autoriza a pensar que, por esta perspectiva teórica, os turnos de fala dos locutores em um diálogo podem ser categorizados como narrativos, argumentativos, expositivos, descritivos ou injuntivos. Deve-se considerar ainda que os tipos raramente ocorrem de forma pura em um texto, mas o material linguístico pode ser predominantemente narrativo, descritivo, injuntivo, expositivo ou argumentativo, como propõe Travaglia (1991 apud TRAVAGLIA, 2007). A predominância de determinado tipo textual dependerá do objetivo enunciativo do material linguístico a que pertence, ou seja, das especificidades do gênero em que se insere o texto.

Essas observações são relevantes para o nosso objeto de estudo, já que a fala da repórter Rachel Sheherazade caracteriza-se como a simulação de um diálogo<sup>61</sup> com o telespectador, uma vez que ela emitiu na televisão sua opinião a respeito de um fato noticiado, ou seja, narrado. Ainda que tenhamos usado a versão escrita do material para análise, o comentário trata-se de um gênero que se caracteriza pela oralidade e marcas dessa oralidade contribuem para a significação. De qualquer modo, o objetivo enunciativo da fala da jornalista não é informar, mas formar opinião, defender a sua posição, e provavelmente a opinião da emissora que representa, influenciando no modo de os espectadores verem o fato.

Antes de empreender a análise do texto, vamos delimitar e apresentar os aspectos dos diferentes tipos textuais elencados neste trabalho que servirão de base para nosso estudo.

Em primeiro lugar, consideraremos o tipo narrativo, forma básica global muito presente em diversos gêneros cuja finalidade é contar histórias ou fatos. Sendo linguisticamente marcado pela contação de um fato, nessa estrutura o autor encadeia uma sequência de acontecimentos ou de eventos que ocorreram. Desse modo, a estrutura narrativa é caracterizada pela marcação temporal cronológica, além do destaque dado aos agentes das

---

<sup>61</sup> Falamos aqui em simulação de um diálogo porque apesar de a locutora se dirigir aos interlocutores, telespectadores no caso, estes não têm como retrucar, o que caracteriza, na prática, o ato comunicativo como um monólogo.

ações. Na narrativa, predominam as ações, enquanto que as descrições de situações e estados lhe são subordinadas.

Só é possível falar de narração quando cada história contada mobilizar personagens implicados em acontecimentos organizados no eixo do sucessivo e quando for sustentada por um processo de intriga (BRONCKART, 1999, p. 219). Logo, essa tipologia textual é caracterizada pela predominância de verbos no pretérito do indicativo, uma vez que este tempo verbal remete à ideia de acontecimentos realizados, pontua ou faz menção a estes acontecimentos, desenvolvendo a sequência das ações em um tempo cronológico em andamento. Certamente, há narrativas literárias que se desenrolam no presente, mas essa estratégia gera um efeito de sentido que caracteriza o suspense a inserção do leitor nos fatos contados. De qualquer modo, via de regra, em textos não literários, as histórias são contadas por meio de verbos no passado.

Já o texto descritivo faz um apontamento das características de um indivíduo, de um animal, de um ambiente, de um objeto, de uma situação e mesmo de uma sensação. Essa tipologia textual é conhecida como aquela que mostra, que revela, que traduz um fenômeno. A sequência descritiva apresenta a particularidade de ser composta de fases que não se organizam em uma ordem linear obrigatória, mas que se combinam e se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical (BRONCKART, 1999, p. 222). Analogicamente, podemos afirmar que o texto descritivo pode ser entendido como uma imagem, uma cena dentro da moldura e que ao autor do texto cabe mostrar essa cena. Na imagem, não há uma sequência de acontecimentos nem uma sequência única que os olhos devem seguir. Ao sujeito que faz a descrição é que cabe a organização dos elementos, do todo para as partes, modo dedutivo, ou das partes para o todo, modo indutivo. O tempo verbal apropriado para uma descrição é o presente do indicativo, mas nada impede que sejam feitas descrições no pretérito imperfeito ou mesmo perfeito quando elas se inserem nas narrativas. O que difere este tipo textual da narração é a menor incidência de verbos de ação decorrente da intencionalidade do produtor de apresentar o objeto descrito, quer dizer, o texto descritivo é marcado por um tempo estático, o que não significa a supressão total das ações. Havendo decurso de tempo, o texto tenderá a ser narrativo e não descritivo.

Os textos dissertativos, em que predomina a argumentação, por sua vez, preocupam-se em defender ideias ou opiniões. É importante ressaltar que o texto pode ou não trazer a primeira pessoa gramatical como marca. O texto dissertativo, quando dispensa essa marca gramatical, procura produzir um efeito de sentido que atribui às ideias apresentadas valor e

caráter universais. O locutor quer que a opinião expressa deixe de ser pessoal para ganhar uma dimensão mais universal e com isso pretende conseguir a adesão do interlocutor apelando, geralmente, para o senso comum ou para o bom senso. O tempo verbal deve ser o presente do indicativo. A defesa de um ponto de vista e de uma argumentação embasada e justificada leva em consideração aspectos objetivos, mas nem sempre isso ocorre já que o sujeito que argumenta apresenta a realidade como ele a concebe. Caso tenha a intenção de produzir um efeito de sentido que confere maior grau de racionalidade ao texto, o locutor dispensa a expressão exaltada de valores emocionais e subjetivos, já que a personalidade pode enfraquecer o argumento. Não é o que ocorre no texto que analisaremos, já que a jornalista quer se apresentar como fiadora das opiniões que emite e imprime um tom bastante incisivo à fala que produz.

Garcia (2002, p. 302), falando sobre um tipo de argumentação menos emotiva, ressalta que “a argumentação deve basear-se nos sãos princípios da lógica”, desenvolvendo-se a partir de ideias, princípios ou fatos. Dessa maneira, segundo a visão desse autor, em texto ou debate, o uso de xingamentos, do sarcasmo entre outras estratégias, por mais criativas possam vir a ser, jamais se constitui como um argumento, antes podem se revelar a falta dele. No caso no nosso objeto de estudo, há que se considerar a situação de comunicação, ou seja, um programa televisivo em que a repórter não apenas tem a função de noticiar, mas de veicular um juízo de valor sobre os fatos atuando como agente formador de opinião. Nesse sentido, o que ela diz e como ela diz visa atingir o público específico do jornal a que pertence e também revela, em última instância, a opinião da emissora a que ela está vinculada. O auditório composto pelos espectadores é marcado por características específicas que interferem diretamente no modo como a jornalista emite suas opiniões, se de forma mais emotiva para obter a adesão de determinado grupo de espectadores; se de forma mais racional, para atingir outros. No caso do programa de Sheherazade, trata-se de um espaço na televisão aberta e de uma emissora de perfil bastante popular.

O texto injuntivo é aquele que faz uma recomendação, faz o apontamento de como realizar determinada tarefa ou ação, dá ordens ou sugestões. Embora se caracterize por verbos no imperativo ou por formas mais corteses no futuro do pretérito em estruturas interrogativas como “você gostaria de fazer tal coisa?” ou “você poderia fazer tal coisa?”, a caracterização desse tipo textual, em gêneros mais simples como manuais de instrução ou placas de trânsito, é mais clara fazer. Contudo, em gêneros mais complexos, predominantemente dissertativos, podem aparecer sequências injuntivas, já que na argumentação o locutor defende uma ideia

com vistas à persuasão ou ao convencimento do interlocutor sobre um ponto de vista e pode querer coroar o processo com sugestões, pedidos diretos ou até ordens dadas ao auditório para efetivar a adesão deste às ideias apresentadas. Trata-se, neste aspecto, do que ocorre na análise do *corpus* deste trabalho, um texto apresentado como opinativo que se torna panfletário por força do aspecto injuntivo que lhe é dado.

É preciso considerar, na análise da injunção, também elementos contextuais, já que uma fala expositiva como “está calor hoje” pode ser entendida como uma fala injuntiva se o falante quiser que o ouvinte interprete sua fala como “por favor, traga-me um copo com água” ou “ligue o ar condicionado”, por exemplo. A injunção trata-se, de qualquer modo, de um tipo textual que procura levar o leitor a determinada orientação transformadora. O texto injuntivo-instrucional, ainda que sob diferentes formas, tem o poder de transformar o comportamento do leitor, pois confere a ele um saber. O texto injuntivo, em contextos mais práticos, tem como objetivo controlar o comportamento do destinatário – são textos que incitam à ação, impõem regras ou fornecem instruções e indicações para a realização de um trabalho ou a utilização correta de instrumentos.

Defendemos que, apesar da aparente simplicidade do tipo injuntivo, ele pode, se combinado a outros tipos textuais, transmitir ideologias, conceitos, valores, transformar o comportamento do enunciatário em gêneros prescritivos como fábulas ou apólogos, por exemplo. A diferença é que, enquanto o argumentativo deve apelar para a razão (*logos*), no processo de persuasão do leitor, o injuntivo pode ser usado quando o objetivo enunciativo é apelar para a emoção (*pathos*), num processo de convencimento.

Finalmente, o tipo expositivo cumpre a função de informar utilizando a explicação. Utiliza a razão e o entendimento com a finalidade de definir, esclarecer ou explicar um determinado tema, assunto, situação ou acontecimento. Essa tipologia está associada à apresentação e asserção de conceitos. No texto expositivo, o autor preocupa-se em dar explicações e elaborar os pontos-chave da informação, a fim de que seu auditório entenda o porquê e o como. Em gêneros essencialmente argumentativos, o tipo textual expositivo está presente na hora em que o produtor contextualiza e apresenta sua tese, bem como funciona como coadjuvante no desenvolvimento dos argumentos.

Por estas considerações, percebe-se que é difícil haver um gênero exclusivamente vinculado a uma única tipologia textual, em um mesmo texto pode haver uma sequência de ações e uma caracterização dessa ação, ambiente, pessoa etc. A categorização do texto como narrativo ou descritivo vai ser dada de acordo com a predominância de uma tipologia, não de



acordo com a exclusividade dela. A exclusividade de um tipo textual ocorre apenas em gêneros simples cujos objetivos enunciativos são muito específicos como placas de trânsito que podem ser simplesmente injuntivas "Pare" ou expositivas como "Obras na pista"<sup>62</sup>. Em geral, os textos mais complexos de quaisquer gêneros são híbridos, pois podem trazer em sua composição aspectos narrativos ou descritivos ou dissertativos ou injuntivos.

Para compreender a organização textual em sua complexidade, é necessário evitar apenas rotular o material linguístico pela tipologia que ele apresenta em um primeiro momento. Devemos considerar que se pode, em um texto argumentativo, narrar uma breve história que servirá como argumento; pode-se, em um texto narrativo, contar uma história com a finalidade de mudar o comportamento de alguém, ou seja, com a intenção argumentativa e até injuntiva, por assim dizer, como no caso das fábulas. O que se percebe é que classificar textos a partir da tipologia, simplesmente, pode ser improdutivo quando se pretende empreender uma análise profunda do sentido das construções linguísticas, mas a classificação tipológica, por outro lado, pode ser um relevante instrumento para se verificar a intencionalidade do enunciador e para se avaliar os efeitos de produção de sentido nas estruturas linguísticas, que é o que a análise do corpus de nossa pesquisa pretende mostrar na próxima seção.

### **Da argumentação à injunção, do opinativo ao panfletário**

A jornalista Rachel Sheherazade é âncora e comentarista do **Jornal do SBT**. Conhecida por seus comentários polêmicos acerca de diversos assuntos, dia 4 de fevereiro de 2014, mais uma vez suas palavras foram alvo de críticas que levaram à retirada do ar do quadro chamado "Opinião". Rachel comentou a ação de um grupo de pessoas que espancou um assaltante adolescente e o prendeu pelo pescoço a um poste com uma trava de bicicleta. Em seu comentário, ela afirmou ser "compreensível" que o "cidadão de bem" reagisse dessa maneira contra o sujeito que qualificou de bandido. Os ativistas políticos que se posicionaram contra as ideias expostas na fala da jornalista, pois afirmam que Sheherazade incitou violência e o crime e desrespeitou os direitos humanos.

---

<sup>62</sup> Isso levando-se em consideração que esses textos não estejam deslocados de seus contextos originais, pois uma placa de trânsito "Pare" fixada no quarto de um adolescente produz um efeito de sentido que vai além daquele dado pelo injuntivo. Pode estar querendo significar, entre outras coisas, um recado aos pais: "Este território me pertence".

Pretendemos aqui fazer uma análise da opinião de Sheherazade sob a perspectiva, principal, mas não exclusiva, da articulação dos tipos textuais que há na flá. Para tanto, transcrevemos a seguir, na íntegra, o texto:

Adote um bandido

O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que em vez de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir, antes que ele mesmo acabasse preso.

É que a ficha do sujeito – ladrão conhecido na região – está mais suja do que pau de galinheiro.

Num país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos “vingadores” é até compreensível.

O Estado é omissor. A polícia, desmoralizada. A Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem, que, ainda por cima, foi desarmado?

Se defender, claro!

O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite.

E aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho no poste, lanço uma campanha:

“Façam um favor ao Brasil. Adote um bandido!” (SHEHERAZADE, 2014).

O texto inicia-se em (1) como uma sequência narrativa que teria a função de recuperar sumariamente a notícia que acabara de ser veiculada. Atestam essa tipologia, num primeiro momento, o verbo e a locução verbal no passado “era” e “preferiu fugir”, respectivamente; e o pretérito do subjuntivo “acabasse”. Observando melhor, no entanto, poderíamos sustentar que o primeiro fragmento aproxima-se também da descrição de uma cena pelo verbo de ligação elíptico “o marginalzinho [estava] amarrado ao poste”. Esta cena é apresentada de modo bastante subjetivo por meio do uso do adjetivo depreciativo “marginal” no diminutivo, “marginalzinho”, o que lhe confere um tom sarcástico. Além disso, o uso do intensificador “tão inocente que preferiu fugir” complementa esse tom sarcástico e condenatório da comentarista que justifica a fuga do adolescente como consequência do medo de acabar preso por seus supostos crimes e não, talvez, como uma consequência do ato de violência, linchamento, a que provavelmente seria submetido.

Nesta pequena sequência, que poderíamos caracterizar num primeiro momento como narrativa temos, de fato, uma forte intenção argumentativa da enunciativa que reforça a tese de que os “agressores” que amarraram o garoto ao poste são, na verdade, as vítimas dele. O tom de desprezo empregado em relação ao menor pretende não deixar margem de dúvidas quanto à culpa dele. Ora, diante disso, podemos pensar que os elementos que caracterizam tipologicamente a narração ou a descrição, neste fragmento, estão a serviço da construção de

uma tese exposta em (1): o menor amarrado ao poste é indubitavelmente culpado do crime que lhe imputaram.

Em seguida, essa tese ganha reforço em (2), trecho em que se explicitará o motivo da fuga do rapaz, agora chamado de “sujeito” e qualificado como “ladrão”: esse motivo é a ficha suja, que a enunciativa apresenta como prova irrefutável da culpa do suspeito. A comparação é forte, a expressão usada é bem popular, também sarcástica, pois credita ao passado do rapaz mais sujeira do que a que há em um galinheiro, sem especificar quantos ou quais foram os delitos do acusado. Toda essa carga semântica negativa atribuída à ficha do rapaz é argumento contundente para justificar, em (3), a atitude dos que o amarraram ao poste. O uso de aspas na expressão “vingadores”, com que qualifica os agressores, é marca da heterogeneidade discursiva que permeia a fala da jornalista dando a entender que o termo não é dela. De fato, mais tarde saberemos em (7), que se trata da fala dos que defendem os direitos humanos que chamam os agressores de vingadores. É com eles, os defensores dos direitos humanos, que a enunciativa estabelece confronto direto: "E aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho no poste, lanço uma campanha".

Voltando ao fragmento, cabe destacar a acentuada ironia que a enunciativa usa para apresentar os números da violência no Brasil em (3), por meio do verbo “ostenta” e do adjetivo “incríveis” é mais um argumento que usa para justificar a ação dos justiceiros frente ao que considera inação da justiça oficial com relação à “violência endêmica”. Essa justificativa amplia-se, em (4), pela exposição dos agentes e de sua caracterização: Estado omissivo; polícia desmoralizada; e Justiça falha. Todos esses agentes sociais são apresentados, por sua vez, em franca oposição ao “cidadão de bem” e “desarmado”. Neste ponto, encaminha-se o raciocínio para levar o enunciatário que aderir ao discurso da enunciativa a sentir-se encurralado tanto pelos fora da lei quanto pelos agentes estatais e justificar, com isso, a execução da justiça pelas próprias mãos, já que a população está inerme. Entra, aqui, o pretexto para a construção de outra premissa: a de que o cidadão de bem deveria ter o direito de andar armado uma vez que o Estado falha na execução de seus deveres. Em (4), na segunda parte, predomina o aspecto injuntivo por meio da pergunta retórica para qual, frente aos argumentos que a locutora apresentara, só há uma resposta, que ela mesma encarrega-se de dar em (5): a atitude que deve adotar o “cidadão de bem” é “Se defender, claro!”. O tom exclamativo com que profere a resposta acentua o caráter injuntivo do texto, incita o interlocutor e transforma o ato de amarrar um suspeito ao poste, que poderia ser considerado

como barbárie, em legítima defesa com vistas a reestabelecer uma suposta ordem rompida ou preencher a lacuna deixada pelo Estado, representado aqui pela polícia e pela justiça.

Em favor da tese de que é lícito praticar a justiça com as próprias mãos, a enunciadora expõe suas impressões qualificando, em (6), o ato como “contra-ataque aos bandidos” e como “legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite”. O caráter bélico que envolve a seleção lexical empreendida pela locutora acentua a tom incitatório à violência que empreende em seu discurso. O uso das palavras “Estado” e “estado” – homófonas e homógrafas com sentidos diferentes é uma estratégia argumentativa neste fragmento, já que o uso do termo, primeiro com sentido de instituição e depois com sentido de conjuntura, reforça a ideia de que o Estado, instituição regida por normas tais como a que impede o cidadão de realizar justiça pelas próprias mãos, pode ser ignorado em face da situação, o estado de violência que impera.

Em seguida, em (7), prevê um contra-argumento para sua tese, retomando a voz daqueles que poderão discordar dela: os defensores dos direitos humanos. Mais uma vez, serve-se do termo “marginalzinho” ligado ao verbo “apiedar-se” em que se sobressai o aspecto irônico pelo contraste entre a qualidade que atribui ao menor e o léxico “apiedar-se”, cuja carga semântica nos remete aos valores do Cristianismo. Essa aproximação entre marginalidade e piedade compõe um paradoxo que desqualifica a ação daqueles que defendem o garoto, colocando-os ou como equivocados ou como cúmplices daquele que a enunciadora considera bandido.

Todo esse arsenal argumentativo conduz, naturalmente, à injunção final em que, mais uma vez de modo irônico em (8), pede aos humanistas que adotem um bandido. Desse modo, a fala argumentativa que pressupõe o nome do quadro, “Opinião”, transforma-se em um discurso panfletário que se apresenta, em grande medida, inadequado ao que se espera de um gênero argumentativo pelos motivos a serem apresentados nas considerações finais deste trabalho.

### **Considerações finais**

Percebe-se, a partir das observações que se concentraram basicamente na articulação dos tipos textuais que, como afirma Travaglia (2007), dificilmente são encontrados tipos textuais puros. Embora estejamos diante de um texto argumentativo, o caráter emocional que assume a fala da locutora apresenta-se tingido pelo forte tom injuntivo, uma vez que pretende

algo mais do que defender uma ideia: quer levar o enunciador a determinada orientação transformadora, nem sempre positiva, incitando-o à ação por meio do apelo ao *pathos*, à emoção, e não ao *logos*, à razão.

Não se trata de afirmar que para a argumentação é melhor lançar mão apenas de argumentos ligados ao *logos*, pois um texto argumentativo, em última instância, é adequado quando consegue atingir seu objetivo, mobilizar as pessoas, fazê-las aderir às ideias do enunciador. Pode-se dizer, contudo, que quanto mais atento ao modo de apresentação dos argumentos o enunciatário estiver, menos vulnerável ficará para aderir a opiniões apenas pela emoção. Esta atenção é resultado de uma prática de leitura que leva em conta, entre outros elementos, a adequação do texto ao gênero e ao modo de articulação dos tipos textuais em função do objetivo enunciativo. Em última instância, uma leitura interativa levando em conta conceitos da linguística textual, entre outros.

Com esta análise, podemos perceber que a enunciativa admoesta diretamente um grupo específico, o qual vilaniza: o dos defensores dos direitos humanos que eventualmente possam se apiedar do adolescente infrator colocado em risco de linchamento. Ela coloca-se como porta-voz da população, construindo para si um *ethos* de mulher destemida, e elege o menor amarrado ao poste como símbolo de todos os problemas que afligem o cidadão comum, de todo o *pathos* negativo deste, com quem ela se solidariza. Mais do que uma atitude argumentativa racional, o que propõe o discurso inflamado é um tipo de argumentação emocional que legitima a violência como válvula de escape para as frustrações que o cidadão comum tem experimentado em relação ao Estado.

O quadro do telejornal em que foi proferido o discurso sugere pelo seu título, “Opinião”, que a tipologia textual predominante deveria ser a argumentativa, já que esta sequência utiliza-se de fatos, evidências, testemunhos entre outros elementos para a defesa de um ponto de vista, todos estes elementos deveriam estar mais ligados ao *logos*. No entanto, deve-se considerar que, neste caso, o tom injuntivo é tão ou mais forte que o argumentativo o que torna a fala panfletária, estimulando a ideia de justiça como castigo imposto pelas próprias mãos, conceito vigente no senso comum. Não se trata, a fala da jornalista, da emissão de um juízo de valor pautado por parâmetros racionais, como se deveria esperar de um texto opinativo emitido por alguém que tem em seu poder um veículo tão poderoso quanto um programa de televisão, que atinge milhões de pessoas e pode tanto construir uma sociedade mais humana quanto incentivar a instauração da barbárie.

## Referências

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GALINARI, M. M. Logos, ethos e pathos: ‘três lados’ de uma mesma moeda. In: **Alfa**, rev. linguísticos. (São José Rio Preto) vol.58 no.2 São Paulo June/Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-57942014000200257](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942014000200257)>. Acesso em: 28 fev. 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO A.P. *et al.* (Org.) **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.22-23.

SHEHERAZADE, R. Adote um bandido. 4 fev. 2014. Disponível em: <[rachelshsheherazade.blogspot.com/2014/02/adote-um-bandido.html](http://rachelshsheherazade.blogspot.com/2014/02/adote-um-bandido.html)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

TRAVAGLIA, L. C. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: **Anais [do] 4º Simpósio internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, 2007. V.1.p.1297-1306.